



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
QUINZE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E
DEZASSEIS.-----**

----- Aos quinze dias do mês de julho, do ano de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 - ORDEM DO DIA**-----

----- **4.1 - Análise e Apreciação de Proposta Relativa à Desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa;** -----

----- **4.2 - Educação - Análise da Execução do Contrato de Delegação de Competências no Município de Oliveira do Bairro e Análise da Situação do IPSB Relacionada com o Contrato de Associação;**-----

----- **4.3 - Análise da Situação Política na Sequência da Retirada de Confiança Política ao Presidente da Câmara Municipal.** -----

----- Os trabalhos foram presididos por **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** e secretariados por **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** e **DINA MARIA MICAEL DE ALMEIDA LÁZARO.** -----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal António Augusto Marques Mota, Elsa dos Reis Pires e Lília Ana da Cruz Oliveira



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Martins Águas.-----

----- Eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos, quando foi declarada aberta a Sessão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes, tendo de seguida dado o uso da palavra ao 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que este verificasse a presença dos Membros da Assembleia Municipal.-----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal **MANUEL DA CONCEIÇÃO PEREIRA, ACÍLIO DIAS VAZ E GALA, ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS e VÍTOR MANUEL BASTOS DE OLIVEIRA.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – informou que os Membros Acílio Gala e António Campos solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e respetivas substituições pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA e JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA NUNES DE BASTOS** que substituem, respetivamente, os Membros antes indicados.

----- De igual forma, informou que o Membro Vítor Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, informou por escrito que não poderia estar presente e solicitando a sua substituição pela Secretária daquela Junta de Freguesia, Gina Maria de Pinho Diogo, que se encontrava presente, sendo por conseguinte convidado a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – informou ter recebido uma comunicação dos Vereadores Paulo Caiado e Jorge Pato a informar que não poderiam estar presentes, sendo este último substituído pelo Vereador



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Noémio da Cruz Ferreira. -----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou ter sido recebido ofício acusando a receção da Moção que foi enviada ao Presidente da República, assim como do Primeiro-Ministro.-----

----- Mais informou ter sido ainda recebido o ofício por parte do Presidente da Câmara, contendo as respostas às questões colocadas pelos munícipes na última Sessão da Assembleia Municipal e bem assim uma informação de uma reunião que o mesmo iria ter com a Secretária de Estado da Educação e com o Presidente do Conselho de Administração do IPSB. --- -----

----- De igual forma foi recebido um ofício do Presidente da Câmara relativamente a um ofício por si enviado em nome da Comissão de Acompanhamento da Educação, para a presença da Vereadora Elsa Pires numa reunião a realizar com a mesma Comissão e a Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro. -----

----- Deu ainda a conhecer ter recebido uma carta anónima, proveniente de um elemento dito da Assembleia Municipal e que não tem coragem de falar diretamente, porque sofreria represálias. A este respeito disse não acreditar que de facto seja Membro da Assembleia Municipal, porque se assim fosse, esse elemento somente teria uma saída, pois se não tem coragem para exercer as funções que aceitou exercer, que são de fiscalizar e acompanhar tudo aquilo que acontece no Município, politicamente não pode exercer as suas funções. Se não as quer exercer deveria renunciar ao Mandato. -----

----- Lembrou que os Membros da Assembleia Municipal devem estar preparados para exercer as suas funções e uma das condições fundamentais é a determinação e a obrigatoriedade de alertarem, citarem, proporem tudo aquilo que entendem ser o melhor para o Concelho. -----

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 –**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitado à 2.^a Secretária que tecesse algumas considerações relativamente ao presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- 2.^a Secretária da Mesa **DINA MARIA MICAEL DE ALMEIDA LÁZARO** – teceu a seguinte intervenção: -----

----- “... A mesa entendeu que sempre que esteja presente público nas Assembleias Municipais, dever-se-á prestar o seguinte esclarecimento:-----

----- Nos termos regimentais (art.º 34 e 41 do Regimento em vigor), o período de intervenção aberto ao público, será antecedido de prévia inscrição dos interessados, nele podendo intervir qualquer cidadão residente, natural ou com interesses na área geográfica do Município e com idade superior a 18 anos, podendo fazê-lo quer a título individual, quer em representação de organizações coletivas com sede na referida área geográfica, quando para o efeito credenciado. A duração deste período não pode exceder os 30 minutos e cada interveniente só poderá usar da palavra uma vez pelo período máximo de 5 minutos.-----

----- Ainda nos termos do art.º 41, os esclarecimentos a solicitar pelo público serão sempre dirigidos à Mesa da Assembleia e nunca diretamente a qualquer membro da Assembleia Municipal e não poderão dizer respeito às matérias da Ordem do Dia.-----

----- A Mesa da Assembleia, se tiver possibilidade para tal, esclarecerá o interessado imediatamente ou posteriormente por ofício.-----

----- A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas ...”-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** - questionou o público presente, a fim de verificar se alguém desejava intervir, dando de seguida o uso da palavra ao primeiro interveniente. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- 1.º Interveniente do Público **Fausto Silva** – que iniciou a sua intervenção reportando-se à questão da agregação de freguesias.-----

----- Tendo em atenção que o assunto em questão faz parte da presente Ordem de Trabalhos, aquele munícipe foi interrompido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tendo o mesmo informado que os assuntos que constam da Ordem de Trabalhos não podem ser assunto de intervenção por parte dos munícipes.-----

----- 1.º Interveniente do Público **Fausto Silva** – continuou a sua intervenção referindo que há quatro anos foi acusado de não ter confiança no Presidente da Câmara, tendo-lhe apontado alguns defeitos por aquilo que não fez na Mamarrosa, mas ao que parece todos hoje lhe dão razão, porque a Comissão Política retirou-lhe a confiança.-----

----- Mais disse constar-se que a Câmara está a ser muito mal dirigida, ao ponto de o Presidente somente estar presente dois ou três dias por semana na Câmara Municipal, recordando que o mesmo foi eleito para estar a tempo inteiro para resolver os problemas da Câmara.-----

----- 2.º Interveniente do Público **João Sousa** – referiu que, como cidadão e membro da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos de Oliveira do Bairro aproveitou para questionar sobre o futuro do acesso aos cuidados de saúde no Concelho e qual o futuro das extensões de saúde da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.-----

----- Mencionou que esta insistência se deve ao facto de, tendo colocado por diversas ocasiões essa questão, nunca recebeu respostas concretas, tendo mesmo já sido ofendido por aqueles que não querem assumir as maldades que estão dispostos a fazer à população.-----

----- Tendo conhecimento como o modelo proposto tem funcionado por esse País fora, que prejudica todos os que estão à sua volta, questionou qual a garantia que os cidadãos da União de Freguesias têm, de que as extensões de saúde não irão encerrar, deixando as populações envelhecidas, com poucos recursos e sem transportes públicos, sem acesso aos cuidados de



saúde, questionando quem dos presentes se responsabiliza pela violação de um direito constitucional.-----

----- Informou que a Comissão de Utentes nas últimas semanas tem vindo a reunir com as populações daquela freguesia para discutir e ouvir as preocupações de todos, estando desde já agendada nova reunião para o dia 29 de julho, pelas 21 horas na Associação de Melhoramentos da Mamarrosa, convidando o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Municipal para estarem presentes e prestar eventuais esclarecimentos.-----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para que este desse resposta a algumas das questões que foram levantadas.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA** – recordou que ainda recentemente houve uma Assembleia Municipal extraordinária, em que um dos pontos era relacionado com a questão da Saúde no Concelho, sendo feito um esclarecimento cabal por parte do Presidente da Assembleia Municipal do que se passava e desde essa altura até agora não houve qualquer alteração.-----

----- Informou que a Câmara Municipal encontra-se a ser gerida a tempo inteiro, sendo dada resposta a todas as questões por parte do Executivo Municipal.-----

----- Em seguida deu-se início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: **4.1 – Análise e Apreciação de Proposta Relativa à Desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa**, sendo dado o uso da palavra ao líder da bancada do PPD/PSD, para que este iniciasse o debate.-----

----- **JOÃO PAULO CASTELO DA ASSUNÇÃO SOL** – informou que iria fazer uma proposta relativamente à reavaliação e desagregação da União de Freguesia de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, tanto mais que tem sido um assunto que tem sido levantado ao longo de vários meses por diferentes Membros da Assembleia Municipal, tendo a Bancada do PPD/PSD iniciado a elaboração de uma Proposta em fevereiro, tendo recentemente solicitado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

contributos às restantes Bancadas da Assembleia Municipal e se assim entendessem subscrever igualmente a Proposta, o que veio a suceder.-----

----- Seguidamente apresentou a Proposta que foi subscrita pelos três líderes de Bancada à Assembleia Municipal, que se transcreve na íntegra: -----

----- “... *Proposta de reavaliação e desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa* -----

----- *A Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro atenta à publicação da Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, cuja redação definiu a reorganização administrativa do território das freguesias portuguesas e volvidos que estão praticamente quase três anos da efetiva agregação, espaço temporal que consideramos mais do que admissível para que a prometida adaptação ao novo modelo por parte das Instituições e sobretudo por parte da população fosse possível, julgamos ser o momento de declarar junto das entidades competentes que **a agregação das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa deve ser rapidamente reavaliada.*** -----

----- *Este é o desejo de toda a população, não só das três antigas freguesias diretamente envolvidas, como também é um anseio profundo de todos os munícipes do concelho de Oliveira do Bairro.*-----

----- *Por unanimidade, durante o processo de discussão e análise da agregação das freguesias, todos os órgãos autárquicos do concelho de Oliveira do Bairro, Executivo Municipal, Assembleia Municipal, Executivos de freguesia e Assembleias de Freguesia, repudiaram qualquer tipo de agregação e recusaram-se a propor qualquer agregação de freguesias a troco de um aumento nos orçamentos das freguesias agregadas.* -----

----- *Nada se alterou que nos faça mudar de opinião sobre as agregações de freguesias, fossem elas quais fossem, não trariam qualquer tipo de mais-valias económicas ou de qualquer outro tipo para as freguesias agregadas.*-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Face ao intuito do Governo de Portugal e dos 3 partidos que o sustentam na Assembleia da Republica, Partido Socialista; Bloco de Esquerda e CDU (Partido Comunista e Partido os Verdes), através dos seus manifestos eleitorais das eleições legislativas de 2015, propostas legislativas e declarações de intenções junto da Comunicação Social ao longo dos últimos 6 meses, de reanalisar a agregação de freguesias, a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro declara o seu apoio incondicional à reavaliação e reversão da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa para a situação inicial da existência das 3 freguesias, freguesia de Bustos, freguesia do Troviscal e freguesia da Mamarrosa.*-----

----- *Face às intenções declaradas de muitos municípios e freguesias por Portugal fora, face às inúmeras intervenções dos deputados municipais da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, provenientes dos mais diferentes quadrantes políticos, apesar de se desconhecer para já, as datas e a forma que o Governo de Portugal vai utilizar para reavaliar e reverter este processo de Agregação de freguesias é extremamente importante dar a conhecer os anseios e a vontade dos munícipes e fregueses do Concelho de Oliveira do Bairro aos mais diversos órgãos de soberania.*-----

----- *Desta forma, a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, reunida em 15 de Julho de 2016 delibera o seguinte:*-----

----- *1º - Que no momento em que o processo de avaliação do processo de desagregação das Uniões de freguesias, que está a ser preparado pelo Governo de Portugal e pelos partidos que o suportam na Assembleia da Republica, seja posto em prática, que a União de freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa seja reavaliada com vista à desagregação de forma a que sejam repostas as 3 freguesias iniciais: freguesia de Bustos, freguesia do Troviscal e freguesia da Mamarrosa.*-----

----- *2º - A Assembleia Municipal criará uma Comissão de Acompanhamento e análise do processo de reavaliação e desagregação da União de freguesias de Bustos, Troviscal e*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Mamarrosa de forma a recolher informações e pareceres dos diferentes órgãos autárquicos concelhios e de freguesia, bem como de outras entidades públicas ou privadas que façam parte da comunidade envolvida, dando continuidade a esta proposta. -----

----- 3º - *Que seja dado conhecimento desta proposta: -----*

----- - *A Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. António Costa-----*

----- - *A Sua Excelência o Ministro-Adjunto, Dr. Eduardo Cabrita-----*

----- - *A Sua Excelência o Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel --*

----- - *A todos os partidos e grupos parlamentares na Assembleia da Republica -----*

----- - *Ao executivo Municipal do concelho de Oliveira do Bairro-----*

----- - *À Assembleia de Freguesia da União de freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.*

----- - *Ao executivo de Freguesia da União de freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa*

----- - *À ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias)-----*

----- - *À população através dos Órgãos de Comunicação Social ...”-----*

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – recordou que este assunto encontra-se a ser discutido desde 2012 pelos diferentes órgãos municipais, sendo provavelmente dos assuntos mais esmiuçados e debatido dos últimos anos no Concelho, tendo a Assembleia Municipal reunido nas diferentes freguesias do Concelho para abordar aquela temática, não tendo contudo as intenções defendidas pelos órgãos do Município sido atingidas por imposição do Governo da altura. -----

----- Presentemente e tendo havido uma mudança de Governo, constatou-se que os diferentes programas dos partidos que o suportam, é de que o processo deveria ser reavaliado e nos casos em que tivesse havido manifestamente falta de bom senso, poderiam as mesmas



ser revertidas. -----

----- Recordou que o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional referiu que o processo somente seria reanalisado após a realização das próximas eleições autárquicas dada a morosidade do processo de reavaliação e bem assim para evitar a criação de algumas injustiças. Contudo o PCP já veio dar a entender que pretendia que o processo fosse iniciado e até mesmo resolvido antes da realização das próximas eleições autárquicas. -----

----- Referiu que o bom senso deve imperar e a reavaliação e análise deverá ter sempre em linha de conta os custos e benefícios, o que foi ganho e o que se perdeu com a agregação e quais as implicações futuras da desagregação da União de Freguesias, daí que uma das sugestões da presente Proposta se reporte à necessidade de ouvir as partes, não só os cidadãos, mas também aqueles que gerem o território da União de Freguesias, nomeadamente a própria Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia e outras entidades da sociedade civil que são partes interessadas neste processo. -----

----- **CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA** – lembrou que o processo de agregação de freguesias no Concelho de Oliveira do Bairro teve, desde início, o repúdio do Partido Socialista concelhio, verificando-se que os esperados ganhos de eficiência e de escala e a melhoria da prestação de serviços públicos que serviram de fundamento àquela reorganização não se verificaram.-----

----- Com a atual maioria parlamentar de esquerda, cujos partidos se opuseram à agregação de freguesias quando tal fosse feito contra a vontade das populações, encontra-se criada a expectativa de reverter no Concelho de Oliveira do Bairro aquele mesmo processo.-----

----- Acrescentou ainda que essa mesma revisão somente será levada a efeito após as eleições autárquicas de 2017, em princípio no ano de 2018. Essa será a intenção do atual Governo Socialista, conforme diferentes declarações que foram já proferidas por elementos governativos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Mais disse que serão estabelecidos critérios objetivos relativamente à reorganização territorial das freguesias, que permitam aos municípios aferir os resultados da fusão/agregação e corrigir os casos mal resolvidos.-----

----- Deu a conhecer que o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda apresentaram em 11.07.2016 na Assembleia da República, as suas propostas para a desagregação de freguesias, ou seja, voltar a repor as freguesias extintas. Esta posição foi tomada pelo facto de o Partido Socialista ter manifestado vontade em chegar a acordo na apresentação de uma proposta comum a toda a esquerda, mas somente a ser tomada após as eleições autárquicas de 2017.-----

----- Aquando da discussão daquelas propostas os deputados do PSD e do CDS tinham louvado a decisão que tinha sido tomada em 2012, referindo mesmo que a mudança tinha sido pacífica e positiva, não havendo contestação por parte da população.-----

----- Referiu que a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro entende que, o mais brevemente possível a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, devem reafirmar a sua oposição quanto à agregação de freguesias imposta pela Lei 11-A/2013, devendo o assunto ser debatido em todos aqueles órgãos, com vista à reabertura do processo por parte do Governo e revogada aquela mesma Lei para o Concelho de Oliveira do Bairro.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito, seguindo-se a transcrição da mesma na íntegra.-----

----- “... 1 – Com a Lei n.º 22/2012 aprovada pelo Conselho de Ministros a 02 de Fevereiro de 2012, no governo PSD/CDS-PP, o nosso Concelho passou de 6 freguesias para 4 freguesias com a agregação de Bustos, Troviscal e Mamarrosa e que no ano de 2013, esta malfadada lei pôs em causa os mais elementares objetivos e princípios, tais como a coesão territorial e a preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais. Hoje



Oliveira do Bairro assembleia municipal

temos a certeza que tudo isso passou completamente ao lado. Sabemos que tínhamos razão quando advertíamos para a diferente natureza sociológica das gentes e sobretudo para a desproporcionalidade geográfica e demográfica de uma freguesia perante a Freguesia da Palhaça. -----

----- Verificamos também que tínhamos razão, quando alertamos para a perda de identidade e para os perigos da fragilização das freguesias com menor população, face às suas congéneres mais fortes e sobretudo dos seus fregueses, que à luz de estratégias eleitorais veem os seus interesses e as suas aspirações largamente prejudicadas. Tudo se fez a ignorar a história, a desrespeitar a democracia e a vontade de matar os ideais de Abril, por isso não nos conformamos com a situação atual, dando voz às populações, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e ouvindo as forças vivas de cada Freguesia e depois agir em conformidade, assim que o Governo ponha cá fora os critérios para que se possa alterar algumas das constituições das freguesias agregadas, quando saírem as normas e os critérios de como se vai fazer e como é que se pode fazer e aí sim e em conjunto debater e decidir sempre na melhor representatividade da vontade do povo do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Entendemos que existem duas questões a colocar aos Oliveirenses: 1.ª Será que a população está satisfeita ou não com a questão da agregação das freguesias? -----

----- 2.ª O interesse da desagregação é para os políticos ou para as pessoas? -----

----- Porque as pessoas querem e tem direito a que a sua Junta de Freguesia responda às suas necessidades, quer seja menor ou maior, por isso não vamos brincar às políticas, vamos ser ponderados, debater e olhar em primeiro lugar para a vontade e os interesses da nossa população. -----

----- Assim sendo, devemos criar um grupo de trabalho conjunto, de forma a acompanhar desde já todo este processo, de forma a dar conhecimento desta pretensão do Concelho a todos os órgãos competentes e a garantir que o mesmo ocorra da forma mais célere possível e



sem atropelos às partes envolvidas ...”-----

----- **LEONTINA AZEVEDO DA SILVA NOVO** – referiu ser uma questão delicada, sendo necessário que, numa fase em que se vai reabrir o processo, ter em atenção a população. -----

----- Recordou que antes da publicação da Lei 11-A/2013 as populações tinha sido ouvidas, tendo a Assembleia Municipal tido reuniões em todas as freguesias, concluindo-se que não estavam satisfeitas, porque tinham as suas características próprias, tinham a sua vida própria nas áreas da cultura, educação e outras, não tendo estas situações sido levadas em consideração, tendo o Governo agregado da forma que entendeu. -----

----- No seu entender a população não deve ser como uma bola de ping pong, foram as freguesias agregadas, não foi tida em consideração a conclusão a que se chegou nas diferentes freguesias, mas agora na desagregação não devem ser as vontades das instituições que se vão sobrepor aquilo que a população deve dizer sobre o assunto. As populações devem ser auscultadas, de uma forma serena, de uma forma transparente e prestando as informações que a população solicite e posteriormente, se for vontade da população que haja a desagregação se proceda nesse sentido, tudo devendo ser feito para que aquela vontade seja cumprida, ao contrário do que sucedeu no passado. -----

----- Concorda com a criação da Comissão, não devendo a mesma apenas fazer trabalho de gabinete, deve isso sim trabalhar diretamente com as populações, porque são quem deve ter voz neste assunto.-----

----- **JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA NUNES DE BASTOS** – solicitou que fossem disponibilizados os documentos referentes à Assembleia Municipal no seu devido tempo aos Membros substitutos, de modo a que estes possam também analisar os assuntos convenientemente.-----

----- Em relação à carta anónima, considerou estranho que passados mais de 40 anos do 25 de abril, pessoas que foram eleitas tenham receio de trazer à Assembleia Municipal os seus



problemas, os problemas da população, pelo que duvida que aquele documento tenha sido remetido por algum dos Membros presentes, até porque ninguém tem sido impedido de intervir.

----- Tendo estado envolvido contra a agregação da freguesia da Mamarrosa, enquanto membro da Assembleia de Freguesia e mais tarde como elemento do executivo da Junta de Freguesia, esta é uma situação que a si lhe diz muito. -----

----- Lembrou sempre ter afirmado que a agregação, nada traria de útil para as populações das freguesias, prevendo que a mesma somente traria prejuízos aos mais variados níveis, principalmente ao nível da identidade. -----

----- Mais disse que as melhorias sentidas são quase nulas, as vantagens somente se as houver ao nível financeiro e aqui somente o Presidente da Junta o saberá, mas tem as suas dúvidas, sendo certo que se houve benefícios financeiros os mesmos foram para a Câmara Municipal e para tal bastará verificar os montantes das transferências. -----

----- Confessou esperar que o documento apresentado não passe de mais um documento de boas intenções, que depois pouco ou em nada resulta, estando disponível para ajudar e colaborar em tudo o que for necessário para se reverter a agregação de freguesias, não esquecendo a parte da consulta pública nas Vilas afetadas, ouvir as associações e instituições, o Executivo da Junta e a Assembleia de Freguesia. -----

----- **LUÍS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – referiu que este é um assunto que muito lhe toca, questionando-se quais as poupanças que foram conseguidas com a agregação. -----

----- Concorda com a proposta de auscultar as populações, recordando que a população da atual União de Freguesias foi ouvida no passado e no entanto não houve respeito pelas mesmas, porque por muito que a população não o desejasse foi imposta a agregação. -----

----- Confessou esperar que agora haja mais apoio envolvente relativamente a esta questão, informando estar disponível para aquilo que se mostrar necessário fazer para reverter o processo de agregação. -----



----- Depois da agregação que foi feita ao nível das freguesias, está-se agora a assistir a uma outra agregação, que é a agregação na saúde, a agregação na educação, ou seja, em vez de três postos médicos, se é só uma freguesia haverá somente um e haverá poupanças para o Estado, mas o contribuinte é lesado. -----

----- Concorda com a realização de debates com a população da União de Freguesias, ouvindo-a mas sobretudo respeitar as suas vontades ao contrário do que sucedeu no passado.

----- Mais disse que deve haver uma união de todos, porque no passado eram apenas três Presidentes de Junta de Freguesia a lutar e agora, sendo somente um, é necessário um esforço de todos para que haja uma reversão do processo. -----

----- Aproveitou para questionar se tinha havido desenvolvimentos relativamente à pretensão da população da Quinta d'Além. -----

----- **MARCOS DANIEL DA SILVA MARTINS** – lembrou que em fevereiro já foi feita uma explanação do tema da reorganização de freguesias, sendo que, quando foi lançado o tema para debate já se tinha uma perceção, já tinham estado no terreno a falar com as pessoas, caso contrário o assunto não era trazido à Assembleia Municipal e seria sinal que as pessoas estariam satisfeitas com a medida, mas não estão. -----

----- Informou que após ter sido divulgado o teor daquela intervenção no “Jornal da Bairrada” foi contactado por várias outras uniões de freguesia, interessadas em saber o *modus operandi*. -----

----- Mais disse que a população já aferiu das inúmeras desvantagens inerentes aquela medida, com uma perda acentuada ao nível do comércio e serviços nas Vilas agregadas e sem que haja um ganho proporcional na Vila agregadora. -----

----- Referiu que a agregação desvirtua uma realidade cultural e geográfica, que por mais iniciativas que haja da parte da Junta de Freguesia, nunca conseguirão apagar as fronteiras existentes, os usos e costumes e as tradições muito próprias de cada freguesia de Bustos,



Troviscal e Mamarrosa, lembrando que aquelas gentes são bem bairristas. -----

----- **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – foi com algum desagrado que viu uma proposta como aquela que foi apresentada, sem que o Executivo da Junta de Freguesia ou a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias tivessem sido ouvidos. -----

----- Lembrou que na altura em que foi abordada a questão da agregação afirmou que o processo não tinha sido bem conduzido, teve muitas falhas e a população merece todo o respeito e consideração, reconhecendo que o processo deve ser o mais corretamente reavaliado e analisado. -----

----- Referiu ter tido cuidados extremos ao tratar da situação, nomeadamente na questão da heráldica, tendo somente em dezembro avançado com a nova organização heráldica. -----

----- Deu a conhecer que o Executivo da Junta de Freguesia e a Mesa da Assembleia de Freguesia, entenderam questionar o Secretário de Estado relativamente a uma eventual desagregação, tendo em atenção a nova realidade governativa, uma vez que se pretende lutar pelos interesses dos cidadãos da freguesia. -----

----- Em resposta ao ofício remetido, foi dado a conhecer que a Secretaria de Estado está a trabalhar no assunto, em estreita parceria com a ANAFRE e logo que haja conclusões mais sólidas será dado o respetivo conhecimento. -----

----- Mais informou que a Junta de Freguesia voltou a insistir, tendo sido respondido que o grupo de trabalho encontra-se a analisar a situação e assim que houver desenvolvimentos os mesmos serão comunicados. -----

----- Tendo em atenção as diligências já feitas pela Junta de Freguesia da União de Freguesias, não será necessário que outros apontem o caminho, uma vez que considera que a entidade que deve assumir a rédea do processo é a Assembleia de Freguesia e o seu Executivo, pois é essa a sua função, reconhecendo no entanto que todos os contributos são bem-vindos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse ter tido conhecimento de um questionário enviado aos Membros da Assembleia Municipal do mandato anterior aquando da agregação de freguesias e, curiosamente uma larga quantidade de ex-membros não respondeu, desinteresse esse que o deixa estupefacto, pois tratava-se de algo bastante importante.-----

----- Considera importante a participação nas Assembleias de Freguesia e colocar as questões ao próprio Executivo que se encontra disponível para prestar qualquer esclarecimento.-----

----- Do seu ponto de vista devia-se estudar a questão da reorganização, mas uma reorganização que mais adequada fosse para o Concelho de Oliveira do Bairro, isso sim considera extremamente importante.-----

----- Louva a iniciativa havida e encontrando-se a Junta de Freguesia da União de Freguesias disponível para ajudar no que lhe for possível, reiterando o lamento de o Executivo da Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia não tivessem sido previamente auscultados.-----

----- Relativamente à questão financeira, existindo no passado três Juntas de Freguesia e havendo agora somente uma Freguesia, se o novo Executivo cumprir as regras estipuladas e assumir as remunerações estipuladas nos termos da Lei, com certeza que esta será a parte financeira visível em que houve poupanças. Relativamente a tudo o resto, muito dependerá da gestão que seja levada a efeito, das opções e de uma série de circunstâncias.-----

----- Seguidamente foi solicitado o uso da palavra por parte do Membro Marcos Martins, a fim de solicitar um esclarecimento.-----

----- Em seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este se pronunciasse relativamente ao presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA** – referiu que vão sendo do conhecimento público todas as iniciativas que o atual Governo vai



Oliveira do Bairro assembleia municipal

fazendo sobre esta matéria, sendo conhecidas as posições da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e as reuniões havidas para discutir o assunto e cujas conclusões foram feitas chegar a quem de direito, mas que de nada valeram. -----

----- Acrescentou que a Assembleia Municipal é soberana sobre aquilo que propôs e irá decidir, mantendo o Executivo Municipal a mesma posição que sempre manteve, porque a questão da efetivação de ganhos financeiros é uma falsa questão, uma vez que depende de muitos fatores. -----

----- Mais disse que a Câmara Municipal se encontra disponível para acompanhar aquilo que é a vontade da população, no seu anseio, porque deve ser ela a ser ouvida, concordando que também o Executivo e a Assembleia de Freguesia o devem ser. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – relativamente à questão levantada pelo Membro João Bastos relativamente à documentação, entendeu a Mesa que o assunto deve ser abordado numa próxima reunião da Comissão Permanente, para se encontrar a melhor forma para satisfazer aquele pedido, uma vez que as pessoas para poderem intervir com o máximo de rigor têm de ter toda a documentação que diga respeito à Ordem de Trabalhos. -----

----- No que respeita à questão levantada pelo Membro Luís Carvalho, em relação aos habitantes do Concelho de Cantanhede e residentes na Quinta de Além e nos Penedos, informou que ocasional e informalmente teve a oportunidade de estar com elementos do Executivo e da Assembleia Municipal de Cantanhede, sabendo existir um empenho da parte dos mesmos em responder às questões formuladas pelos cidadãos daqueles lugares, o que significa que, na sua opinião, o mais adequado processualmente e se aqueles munícipes pretendem mudar de Concelho, devem solicitar isso mesmo ao Município a que pertencem, uma vez que, para serem recebidos por outro, têm de ter previamente a autorização daquele a que pertencem. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal não irá proceder a mais



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nenhuma diligência no sentido de antecipar ou alterar aquele que é o procedimento mais adequado.-----

----- Seguidamente foi solicitado o uso da palavra por parte de alguns Membros da Assembleia Municipal.-----

----- **MARCOS DANIEL DA SILVA MARTINS** – tendo estado presente na Sessão da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, realizada no mês de abril, onde foi votada a criação de uma Comissão de Estudo e Acompanhamento deste processo de desagregação. Mais tarde foi informado pelo Presidente da Assembleia de Freguesia que a referida Comissão iria aguardar até 2017, uma vez que havia indicação que o Governo não iria proceder a quaisquer alterações antes do próximo ato eleitoral.-----

----- Disse que quem anda na rua vai comunicando com os fregueses e vai tomando pulso se é vontade destes, ou não, esta mesma desagregação, sendo igualmente de relevar que as três Bancadas da Assembleia Municipal subscrevem um documento único, mostrando essa mesma vontade.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que deve haver o máximo cuidado na forma como se vai tratar este assunto, uma vez que não se trata somente de política, trata-se do bem-estar dos munícipes.-----

----- Relembrou que, aquando da discussão sobre a agregação de freguesias, foram muitos os munícipes que estiveram presentes nas reuniões havidas nas três freguesias agregadas, recordando que após as eleições autárquicas foram diversas as vezes que falou o Presidente da União das Freguesias relativamente a problemas burocráticos e a problemas de gestão trazidos por uma medida que foi contra a vontade da troika, pois esta o que pretendia era a união de municípios com vista à poupança de recursos e de financiamento público, sendo que todos reconhecem que os orçamentos das freguesias são diminutos, recordando ter sido afirmado que o impacto da dívida das freguesias na dívida pública total, não ultrapassava 1%. -



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Mais disse que aquilo que se tem de pensar ao nível de poupanças é o que respeita aos bons serviços prestados aos Municípes e se o processo for revertido, tem de se equacionar quais e para que entidade passam as responsabilidades que agora existem, daí que a Junta de Freguesia da União de Freguesias colocou algumas dessas questões à Secretaria de Estado, para que, quando se iniciar o processo, saber qual a melhor forma de atuar. -----

----- Referiu que a Comissão que agora se pretende criar, é para que os passos sejam todos bem medidos e não se tomarem iniciativas que não se sabem aonde conduzem, daí que tenha de ter a participação da Junta de Freguesia da União de Freguesias.-----

----- Acrescentou que, antes da politiquice das sedes partidárias, está a alta política do interesse público e antes do interesse público e da causa pública, está o interesse das populações e assim sendo, deve-se avançar com calma e medir bens as consequências dos passos que vão sendo tomados.-----

----- Considerou que se deve indicar aos órgãos da República, que a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro está interessada em analisar o assunto e a proceder da melhor forma e se possível, se for esse o mais alto interesse das populações, voltar novamente à desagregação e Às três freguesias.-----

----- **LUÍS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – recordou que os municípes da Quinta de Além e dos Penedos, votam e elegem o Presidente da Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, a visita Pascal é feita pela União de Freguesias, no entanto são governados por Cantanhede.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – esclareceu que acima de todas as vontades está a Lei, a qual refere que para haver uma transferência tem de haver autorização.-----

----- Tendo o Presidente da União de Freguesia mencionado que os Membros da Assembleia Municipal poderiam intervir na Assembleia de Freguesia, recordou que assim é,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mas somente enquanto intervenientes do público, uma vez que a sua obrigação de intervirem é na Assembleia Municipal. Devem isso sim, acompanhar e fiscalizar a vida do Município. -----

----- A questão consensual como foi colocada, é algo que enaltece a intervenção política de todos e respeita todas as bancadas, assim elas internamente interajam, ou seja, os assuntos devem ser debatidos previamente no seio de cada força partidária para que, quando os representantes intervierem nas respetivas Comissões estejam legitimados para o efeito. -----

----- Sempre que é colocado perante a decisão de ser criada uma Comissão de Acompanhamento pensa seriamente na questão, uma vez que considera não ser a existência de uma Comissão que vai permitir resolver melhor ou pior os assuntos, o empenhamento é que pode ser diferente, daí que, na sua opinião, se a Comissão agora a criar, permitir obter os resultados desejados, então a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro encontra-se no bom caminho.-----

----- **JOÃO PAULO CASTELO DA ASSUNÇÃO SOL** – acredita que a Assembleia Municipal irá votar favoravelmente a Proposta apresentada, a qual foi trabalhada pelas três Bancadas, não tendo por isso mesmo qualquer receio relativamente à reversão do processo e confiando que correrá tudo bem no reassumir das identidades das freguesias.-----

----- **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu não ser sua intenção convidar os Membros da Assembleia Municipal a intervirem nas Assembleias de Freguesia, mas sim, convidá-los a assistir às mesmas, uma vez que, muitas das informações que hoje prestou, foram transmitidas nas Assembleias de Freguesia.-----

----- Reiterou que a Junta e a Assembleia de Freguesia devem ser ouvidas em todo este processo, bem como as forças vivas da freguesia, a população, porque se deve defender a vontade de todos, trabalhando essa questão convenientemente.-----

----- Não havendo mais nenhum Membro que desejasse intervir, foi a Proposta de reavaliação e desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

subscrita pelos líderes de bancada dos partidos com assento na Assembleia Municipal, Membros João Sol, André Chambel e Acácio Oliveira, colocada à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que a **Proposta de reavaliação e desagregação da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa**, foi **Aprovada por Unanimidade**, dos Membros da Assembleia Municipal presentes.

----- Seguidamente passou-se a análise e discussão do ponto da Ordem de Trabalhos **4.2 – Educação – Análise da Execução do Contrato de Delegação de Competências no Município de Oliveira do Bairro e Análise da Situação do IPSB Relacionada com o Contrato de Associação**.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra por parte do Membro Carlos Ferreira, a fim de interpelar a Mesa.-----

----- **CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA** – referiu que na opinião da Bancada do Partido Socialista e dada a importância de ambos os assuntos, deveria o presente Ponto da Ordem de Trabalhos ser subdividido em dois, discutindo os mesmos em separado. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por parte do Membro André Chambel, a fim de solicitar um esclarecimento à Mesa. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – recordou que a Assembleia Municipal foi convocada após requerimento, o qual estabelecia que a Ordem de Trabalhos teria aquela descrição e se a Mesa a aceitou os Membros da Assembleia não a podem alterar.-----

----- Na sua opinião ambos os assuntos encontram-se perfeitamente ligados. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – considerou correta a percepção do Membro André Chambel, uma vez que a Assembleia Municipal Extraordinária foi convocada após a receção de um requerimento pela



Mesa da Assembleia proveniente da Bancada do PPD/PSD e perante essa condição a Mesa não pode mais do que convocar uma Assembleia Extraordinária, o que significa que, perante este condicionalismo o ponto terá de ser discutido conjuntamente.-----

----- Recordou que o assunto da Educação faz parte da ordem do dia, desde que o atual Presidente da Câmara assumiu funções, sendo uma opção estratégica e assumida no próprio programa eleitoral e que sempre teve uma intervenção empenhada por parte dos responsáveis da Câmara Municipal.-----

----- Mais disse que todos defendem o melhor, um ensino de excelência, de grande qualidade para todos os jovens do Concelho e nas mesmas condições de equidade, proporcionando sem quaisquer constrangimentos, o atingir de tudo aquilo de que forem capazes.-----

----- Tendo em atenção o desenrolar de algumas iniciativas que entretanto foram levadas a efeito e as novas realidades que foram conhecidas, a Bancada do PPD/PSD tomou em boa hora a iniciativa de solicitar a convocação da presente Sessão Extraordinária.-----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia Municipal que desejassem intervir.-----

----- **MARCOS DANIEL DA SILVA MARTINS** – deu a conhecer que os dicionários referem que por educação se entende ensinar e aprender, sendo a ação de instruir, disciplinar uma pessoa para a vida em sociedade.-----

----- Constata-se que o país tem assistido a uma constante mutação de Governos e respetivos Ministros da Educação e com estes a permanente manta de retalhos de normas e procedimentos nesta área tão sensível para a evolução de uma região ou de uma nação.-----

----- Impõe-se por isso mesmo, defender um modelo indelével às vontades políticas, preservando a sã convivência entre todos os membros da comunidade escolar, uma vez que a Escola é onde nasce e se desenvolve o futuro.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- O modelo de descentralização de competências assinado pelo atual Executivo Municipal, poderá ser um meio de aproximar a gestão educativa com vista a uma melhoria do sucesso e desempenho escolar nas Escolas abrangidas, mas se tal melhoria não vier a ocorrer, dá o poder ao Ministério da Educação e Ciência para intervir ou suspender o respetivo Contrato.-----

----- Não poderá o Ministério da Educação e Ciência exigir ao Executivo Camarário que promova uma reestruturação do dia para a noite de toda uma nova rede de transportes escolares ou para fazer face a uma alteração do plano escolar concelhio promovido com base em dados erróneos. -----

----- Nos últimos tempos o tema da educação tem estado na ordem do dia, fruto da decisão unilateral do Governo, da interrupção do Contrato de Associação tido com o IPSB e que atira toda a Comunidade Escolar a ele ligado, superior a 50% do espetro educacional do Concelho, para um precipício, perspetivando-se mesmo o encerramento deste estabelecimento de ensino e que é único na Região.-----

----- Mais disse que, apesar de todo o empenho e dedicação à causa por parte da comunidade escolar, a dada altura o sentimento generalizado foi o de haver pouco ou nada a fazer, que não fosse por meios de pressão institucionais, mormente através da Câmara Municipal, tendo o Presidente da Câmara informado das iniciativas que tomou relativamente a esta matéria, mas que ainda assim deveria ter uma maior desenvoltura na procura do bem-estar e dos interesses da população.-----

----- Reiterou ser necessário muito mais esforço e mais celeridade por parte do Executivo Municipal, uma vez que, desde 20 de maio, altura da tomada de conhecimento da medida do Ministério em cortar praticamente a totalidade das turmas de início de ciclo do IPSB, foi entregue uma Moção da Câmara Municipal junto do Governo e do ministério da tutela, seguindo-se o agendamento de uma Assembleia Municipal Extraordinária realizada em Bustos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e cujo compromisso seria o de endereçar um convite aos Membros do Governo, Ministro e Secretária de Estado, para uma deslocação ao Concelho e ver *in loco* as debilidades provocadas com a referida medida. Constatou que, ao invés da rapidez, ficou o Presidente da Câmara sentado à espera de um formalismo proveniente da Assembleia Municipal.-----

----- Referiu ter sido ouvida a Diretora do Agrupamento de Escolas na Comissão de Acompanhamento da Educação, a qual foi bastante esclarecedora no sentido de aclarar dados que permitissem encontrar uma solução, contudo, pedida que foi, por duas vezes, uma audiência com a Vereadora do Pelouro da Educação, tal não foi autorizado pelo Presidente da Câmara, sugerindo como viável o envio de perguntas escritas, pelo que, solicitou ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que, com a anuência da maioria dos membros da Assembleia, se digne questionar a Vereadora do Pelouro da Educação, porque razão não foi agendada uma reunião com o Conselho Municipal de Educação até à presente data, quando se está perante um assunto que deve merecer deste órgão uma análise muito cuidada. -----

----- Solicitou ainda que fosse dado conhecimento, por parte da Vereadora do Pelouro da Educação, do ponto de situação relativamente à Proposta do PPD/PSD apresentada pelo Vereador António Mota na última Reunião de Câmara, relativa à necessidade urgente da criação de uma Comissão de Análise, da possível inclusão do IPSB na rede pública de Escolas, por intermédio da aquisição ou do arrendamento das respetivas instalações e que foi a única Proposta concreta demonstrativa de um apoio real à causa afetada por um possível encerramento do IPSB.-----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – entregou a sua intervenção por escrito à Mesa e que seguidamente se transcreve na íntegra. -----

----- “... *Estávamos a 15 de junho de 2015, há exatamente 13 meses, quando o assunto da descentralização de competências em matéria de Educação foi analisado nesta Assembleia. Na intervenção que fiz nessa sessão referia e passo a citar “... O modelo de contrato*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

interadministrativo de delegação de competências que nos é apresentado não atende à especificidade da educação no nosso concelho. Mais parece um contrato tipificado que não atende às especificidades de cada município onde o governo pretende efetuar esta descentralização da educação. O nosso concelho divide a educação em dois setores o público e o particular e cooperativo em proporções de 50-50. E embora uma das mais-valias desta descentralização seja poder estar mais próximos da comunidade escolar e aproximar as decisões e os decisores dos problemas e da sua resolução, de permitir uma melhor gestão da rede escolar e da oferta educativa e formativa, deixa-nos uma preocupação que em matéria de educação ela se apoie no Conselho Municipal de Educação, onde dos 11 elementos que o constituem, um só elemento representa 1143 alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário. A população estudantil do concelho tem vindo a diminuir e esta é uma das preocupações que nos assalta quando queremos discutir um ponto tão importante como a educação do nosso concelho ...” fim de citação.-----

----- Esta minha preocupação levou à criação de uma Comissão de Acompanhamento da Educação no âmbito desta Assembleia Municipal, cuja proposta foi apresentada e aprovada na sessão de 27 de novembro de 2015 e viria a tomar posse já em 2016. Mas minhas senhoras e meus senhores, se me perguntarem se estou menos apreensivo do que estava na altura, dir-vos-ei que não, porque estou bastante mais apreensivo. As minhas preocupações da altura estão agora na ordem do dia e aqueles que antes não lhe davam atenção aparecem agora como os salvadores da pátria, procurando meramente protagonismo e trampolins políticos. Mas deixemo-nos dessas constatações do momento e voltemos ao problema da educação. -----

----- A Comissão de Acompanhamento da Educação neste período de tempo desde que tomou posse, tem procurado inteirar-se de todos os elementos relevantes no que à educação no concelho diz respeito.-----

----- Começou por pedir aos agentes educativos do nosso concelho uma série de elementos, os quais serviram de base ao relatório apresentado na sessão de 15 de abril. Daí



Oliveira do Bairro assembleia municipal

para cá, muita coisa se alterou. Fomos assistindo dia a dia a posturas e ações do governo central, dos órgãos autárquicos e dos agentes educativos do concelho que baralharam por completo toda uma realidade educativa até aí existente. -----

----- A Comissão de Acompanhamento de Educação atenta a estas alterações foi convocando os elementos responsáveis reunindo elementos que lhe permitam elaborar um novo relatório. Convocou a Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro e a Sr.^a Vereadora do Pelouro da Educação para uma reunião a levar a efeito no dia 28 de junho, tendo sido indicada o dia 29 de junho, como data alternativa. Não foi possível realizar esta reunião, porque depois de todos os formalismos oficiosos, recebemos um ofício da Câmara Municipal a informar que passo a citar “a Comissão coloque por escrito as questões que deseja ver elucidadas, que a Sr.^a Vereadora Dr.^a Elsa Pires terá toda a abertura para responder” fim de citação. Porque este seria o método do arrastar no tempo a questão premente do momento (Contratos de Associação e as consequências educativas, sociais e económicas) e de nada se ver resolvido em tempo útil, entendeu a Comissão convocar de novo os mesmos elementos (Diretora do Agrupamento e Vereadora) para nova reunião a realizar a 6 de julho, apresentando a data de 7 de julho como alternativa. De novo recebemos do Sr. Presidente da Câmara Municipal ofício passo a citar “reafirmando a total disponibilidade para prestar, por escrito, todos os esclarecimentos que a Comissão de Acompanhamento da Educação considere necessários à prossecução dos fins para que foi criada” fim de citação. -----

----- Senhores deputados, atrevo-me a afirmar que quando se dificulta o diálogo, quando se tem medo do contraditório, algo se procura esconder. Afinal o que tem a esconder a Sr.^a Vereadora da Educação? A mim ensinaram-me os mais velhos que é a falar que as pessoas se entendem. Lamentamos a postura e uma vez que a Sr.^a não comparece às reuniões para as quais é convocada, fazemos-lhe aqui as questões e Sr. Presidente queira dar a palavra à Sr.^a Vereadora para as responder. -----

----- 1 – Pretende a Comissão saber em que data foi assinado o contrato



Oliveira do Bairro assembleia municipal

interadministrativo de delegação de competências entre o Ministério da Educação e Ciência e a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro?-----

----- 2 – Sendo o Conselho Municipal de Educação uma instância de coordenação e consulta, cujo objetivo visa promover a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo. Os conselho municipais de educação reúnem, ordinariamente, no início do ano letivo e no final de cada período escolar e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo seu presidente. Nele tendo assento o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sr.ª Vereadora da Educação, questiono se já reuniu este ano e se em caso afirmativo analisou o assunto dos contratos de associação, em especial o caso do IPSB? ...”-----

*----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito à Mesa e que seguidamente se transcreve na íntegra.-----*

----- “... A lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro prevê a delegação de competências através de contratos interadministrativos a celebrar entre o Governo e cada um dos Municípios.-----

----- O Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro, estabelece o regime de delegação de competências através do Estado nos Municípios nas áreas sociais, nomeadamente da educação.-----

----- O Contrato interadministrativo de delegação de competências com o nº 560/2015 e designado por “Contrato de Educação e Formação Municipal” foi feito e assinado no dia 18.05.2015, pelo Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Luís Poiars Maduro, pelo Ministro da Educação e Ciência Nuno Crato e pelo Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, Mário João Oliveira, foi presente em reunião do executivo no dia 29.05.2015 e aprovado por unanimidade e também aprovado por maioria com os votos contra do Partido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Socialista na Assembleia Municipal de 19.06.2015, o qual foi publicado no Diária da República, 2.ª Série – n.º 145 de 28.07.2015.-----

----- *A Bancada do Partido Socialista, fará a análise da execução deste Contrato de Delegação de Competências, depois de ouvirmos o Sr. Presidente da Câmara sobre a sua exequibilidade, os seus prós e os contras, uma vez que se trata de um projeto-piloto e cuja descentralização de competências na área da Educação para o nosso Concelho pode não estar a corresponder às expectativas ou às necessidades reais das escolas e da educação do nosso Município ou quaisquer circunstâncias que impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações contratuais.*-----

----- *Para finalizar, pergunto ao senhor Presidente da Câmara, se foram cumpridos dentro da legalidade todos os timings, desde a assinatura do Contrato interadministrativo de delegação de competências, até à sua publicação no Diário da República.*-----

----- *Sobre este assunto, entendemos que deveremos mais ouvir do que falar, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e Conselho de Administração do IPSB, tiveram recentemente uma reunião com a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão a qual ficou (segundo notícias vindas a público) de dar uma resposta definitiva sobre as justas aspirações dos alunos do IPSB.*-----

----- *Não deixo de lamentar a falta de civismo, ética e até de respeito, perante a Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, que tem sido vítima de injurias e de devassa da sua vida privada e familiar nas redes sociais, se quisermos ser respeitados, temos que necessariamente respeitar, trata-se de uma Escola privada ligada à Diocese de Coimbra (80%) e à Obra Frei Gil (20%), onde existem valores e causas que tem dignificado e valorizado esta escola e que de forma nenhuma podem ser arrastados para o lamaçal da anarquia ou de extremismos exacerbados.*-----

----- *O silêncio, muita das vezes vale “ouro”.*-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Por último, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou por ofício e por duas vezes, a pedido da Comissão de Acompanhamento da Educação, a presença da senhora Vereadora da Educação Dr.^a Elsa Pires, para com a Presidente do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, Professora Júlia Gradeço, prestarem esclarecimentos em simultâneo aos membros dessa Comissão, a fim de esta esclarecer com urgência todas as dúvidas e a curto prazo poder ajudar a harmonizar e conciliar da melhor forma o ensino Público com o privado do nosso Concelho. Agradecemos ao senhor Presidente da Câmara que nos explique a razão ou as razões que o levaram a impedir a presença da senhora Vereadora da Cultura nessa reunião ...” -----

----- Aproveitou ainda para colocar duas questões à Vereadora do Pelouro da Educação, ou ao Presidente da Câmara Municipal que poderá transferir para a Vereadora, a saber: -----

----- 1 – Sabe quais as consequências para a Educação do Concelho, se o IPSB vier a encerrar as suas portas?-----

----- 2 – Que preocupações transmitiu às entidades competentes sobre a situação real dos alunos do IPSB e sobre a situação económica e social envolvente. -----

----- **JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA NUNES DE BASTOS** – procurou saber se havia algum desenvolvimento no seguimento da reunião havida em Lisboa com o Presidente da Câmara e a Administração do IPSB no Ministério da Educação. -----

----- Questionou o Presidente da Câmara porque razão não disponibilizou a missiva que a Associação de Pais da Mamarrosa lhe fez chegar e não a juntou à documentação entregue em Lisboa. - -----

----- Após a Proposta do Vereador António Mota e que foi tornada pública, relativa à criação de uma Comissão de Acompanhamento e dado que já existem várias que podem ajudar relativamente a este assunto, questionou o que é que as mesmas têm feito, para além dos pedidos de reunião que já foram mencionados, uma vez que, do seu ponto de vista, têm de



ser capazes de tomar uma posição relativamente a este assunto. -----

----- **GLADYS DEL CARMEN FERREIRA DE OLIVEIRA** – confessou ter hoje mais receio sobre a municipalização da Educação do que tinha no passado, porque entende que, hoje mais do que no passado tem sérias dúvidas acerca da sua operacionalização.-----

----- Para si, os três pilares fundamentais do Estado devem ser a Justiça, a Saúde e a Educação, todas no mesmo grau de importância, sendo que os Governos vão alterando a seu belo prazer, sem ter em conta que estas áreas devem apontar sempre para uma linha de continuidade, pois os resultados somente são conhecidos a longo prazo.-----

----- Mais considera que, deveria haver concertação entre os principais partidos com assento na Assembleia da República, de modo a que quando os diplomas que vão influenciar o futuro nas áreas mencionadas são aprovados, o máximo que deve ser permitido aos Governos atuar é somente para fazer pequenos ajustes, impedindo desta forma que se corte com todo um rumo e inverter a situação, por vezes a meio de um ano letivo, com implicações graves para os professores e para os alunos. -----

----- Referiu que este processo iniciou ao contrário, deveria ter sido avaliado caso a caso e depois, com os dados corretos e conhecendo as realidades, elaborar o respetivo Despacho Normativo e nunca o contrário, que foi aquilo que foi feito, primeiro saiu o Despacho e depois vem o estudo. -----

----- Considera que, intencionalmente ou não, a opinião pública foi envenenada com a ideia de que o que estava em causa era uma guerra entre a escola pública e o ensino privado, mas não, o que está em causa são Escolas com contratos de Associação, ou seja, Escolas com ensino oficial e os quais foram assinados entre o Estado e as Escolas e nela se inserindo o IPSB, uma Escola que presta serviço público. -----

----- Tem conhecimento que o Presidente da Câmara Municipal se deslocou a Lisboa com a Administração do IPS e falaram a uma só voz e embora considere que foi muito tardio, tal foi



levado a efeito.-----

----- Referiu que durante todo este processo nunca ouviu e desconhece qual a posição da Vereadora do Pelouro da Educação, pelo que gostaria de saber o que foi feito por aquela responsável e qual ou quais as soluções que pretende apresentar.-----

----- Questionou se já foi ponderada a rede de transportes escolares para todos os alunos do Concelho para as Escolas do Agrupamento.-----

----- Procurou igualmente saber se, no caso extremo de encerramento do IPSB, a Autarquia tem dinheiro e não só, para garantir o transporte e a deslocalização de todas as crianças para o extremo do Concelho.-----

----- No caso de o IPSB encerrar, questionou onde é que irão ser colocadas todas as turmas do IPSB e se as Escolas do Agrupamento têm capacidade para absorver alunos de 33 turmas. -

----- Considerou que na parte do concelho de Oliveira do Bairro onde se situa o IPSB e que representa cerca de 47% da população, não existe alternativa de oferta pública e por isso estavam justificados os Contratos de Associação.-----

----- **PATRÍCIA SOFIA LOURO DE LEMOS** – registou o facto de terem sido concentrados os esforços entre a Câmara Municipal e o Conselho de Administração do IPSB e que permitiu a deslocação a uma reunião a Lisboa com a Secretária de Estado, que apenas peca por ser tardia.-----

----- Apesar de terem passado apenas 15 dias, procurou saber se já existia algum feedback da mesma, ou quais os *timings* de resposta por parte da Secretária de Estado da Educação e qual o próximo passo a dar pelo Executivo Municipal em termos de pressão relativamente a um assunto que urge em ser solucionado.-----

----- **JOÃO PAULO CASTELO DA ASSUNÇÃO SOL** – passado que foi um ano sobre a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Oliveira do Bairro, considera importante que a Assembleia Municipal e os Munícipes percebam o ponto de situação da sua execução, pelo que entende dever colocar algumas questões muito concretas à Câmara Municipal. -----

----- Em relação à cláusula 16 e à titularidade das infraestruturas escolares e dado ser mencionado que até final do primeiro ano de vigência do contrato o Ministério da Educação prepara com o Município um plano de reabilitação das Escolas Básicas e Secundárias identificadas, a Escola Básica Dr. Acácio Azevedo, a Escola Básica Dr. Fernando Peixinho e a Escola Secundária, que careçam de obras de reabilitação, o qual será executado pelo Município, com financiamento do Ministério da Educação e de acordo com as suas disponibilidades financeiras. Questionou se aquele plano de reabilitação se encontra elaborado, se sim quais as prioridades e qual o ponto de situação relativamente à requalificação da Escola Secundária de Oliveira do Bairro.-----

----- No que respeita à cláusula 19, pessoal não docente, é referido que o Município exerce competências de recrutamento e colocação de pessoal não docente, pelo que, em face do aumento de turmas não previstas no agrupamento para o ano letivo 2016-2017, questionou se a contratação de pessoal não docente se encontra assegurada.-----

----- Relativamente à cláusula 38, transferências financeiras para o Município, é mencionado que o Município envia ao Ministério da Educação até ao dia 15 de agosto de cada ano, o cronograma financeiro relativamente ao ano escolar seguinte, pelo que, em face de todas as incertezas relacionadas com o IPSB, questionou como é que está a ser preparado aquele cronograma financeiro. -----

----- Em relação à cláusula 39, questionou se já existem neste momento contratos assinados que ultrapassem o prazo de vigência do contrato.-----

----- No respeitante à cláusula 42, incentivos à eficiência, é referido que como incentivo à



Oliveira do Bairro assembleia municipal

eficiência na gestão, acordou-se que o montante correspondente a 50% do produto das poupanças geradas com a otimização dos recursos educativos existentes, é partilhado pelo Ministério da Educação, para aplicação de ações e iniciativas na área da educação, tendo questionado se foram cumpridas aquelas mesmas metas de melhoria e se houve poupanças geradas ou não, se as houve, procurou saber a que montante correspondem os 50% para iniciativas na área da educação. -----

----- Em relação à cláusula 43 que prevê a existência de uma Comissão de Acompanhamento com diferentes elementos, questionou se a Comissão funcionou da forma como se encontra prevista. -----

----- No que respeita à cláusula 52, referente a alterações ao Contrato, que poderá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente alteração dos pressupostos em que se baseou a sua celebração, ou a revisão seja indispensável para adequar o Contrato aos objetivos pretendidos, tendo procurado saber se tinha havido alguma alteração ao Contrato. -----

----- **LEONTINA AZEVEDO DA SILVA NOVO** – em relação ao Contrato de Delegação de Competências, entende que somente no final do ano letivo é que será feita a avaliação e a forma como foi executado o contrato, por intermédio da elaboração do Relatório, o qual conterà eventuais propostas ou recomendações a apresentar às partes, no prazo de 60 dias após termos do ano letivo, o qual ainda não terminou, pelo que, somente depois é que a Assembleia deve questionar relativamente à execução do Contrato. -----

----- No que respeita ao Contrato de Associação com o IPSB já mencionou que no Concelho há lugar para o ensino público e para o ensino privado, no entanto e de acordo com os Censos, o número de alunos está a diminuir o que acarreta necessariamente uma necessidade de diminuição do número de turmas, pelo que o ideal deveria ser o Ministério da Educação dialogar no sentido de repensar a rede escolar do Concelho, mas sempre tendo em



atenção o ensino público e o privado, o que não veio a suceder.-----

----- Na sua opinião o Contrato de Associação com o IPSB deve ser cumprido, ou seja, devem ser cumpridos os três anos do Contrato, não podendo o Governo logo no final do primeiro ano quebrar esse compromisso, não podendo as pessoas, as entidades, as escolas serem tratadas desta forma. -----

----- No decurso do prazo de três anos era perfeitamente possível e de uma forma serena e calma, fazer uma reflexão sobre a melhor forma de funcionamento do ensino público e do ensino privado no Concelho de Oliveira do Bairro, podendo mesmo haver um desfecho que interessasse a todos. Dado ter havido aquela quebra contratual, houve atritos que se poderiam ter evitado através do diálogo entre as partes-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – tendo sido levantada a questão sobre as datas de assinatura do Contrato de descentralização da Educação, a data da aprovação na Assembleia Municipal e a data de publicação, informou ter tido conhecimento por intermédio de um e-mail do Sindicato dos Professores da Região Centro, de que haveria alguma incongruência naquelas datas. -----

----- Mais informou ter solicitado esclarecimentos ao Presidente da Câmara, o qual respondeu que o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, Contrato de Educação e Formação Municipal foi assinado na sequência da sua competente aprovação pelos órgãos municipais.-----

----- Em face de tal esclarecimento entendeu que deveria aprofundar a situação, tendo remetido um ofício à Comissão de Coordenação da Região Centro, colocando-lhe as dúvidas existentes, uma vez que alguma incongruência no mínimo existirá, porque o Diário da República não pode publicar datas que não correspondam à realidade. No Diário da República II Série, n.º 145 de 28 de julho de 2015, a cláusula 56.ª refere que o contrato foi celebrado a 18 de maio de 2015, contudo aquele mesmo contrato foi aprovado na Sessão da Assembleia



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Municipal de 19 de junho de 2015, daí que seja mais do que oportuno a correção daquela publicação. De momento encontra-se a aguardar uma resposta por parte da CCDRC.-----

----- Em seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este se pronunciasse relativamente ao presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA** – agradeceu as palavras de reconhecimento do trabalho que foi desenvolvido pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara nesta matéria tão sensível e importante para o Concelho. -----

----- Referiu que o pedido de audiência à Secretária de Estado foi remetido pela Câmara Municipal, via e-mail e por ofício em 30 de maio, a insistência para a sua marcação foi permanente, contudo não é o Presidente da Câmara que agenda e a Secretária de Estado agendou a reunião apenas para um mês depois. -----

----- No que respeita ao Contrato de Associação, o mesmo somente poderia ser assinado após a respetiva aprovação por parte dos órgãos competentes e quando assina um contrato não regista a hora em que o assina e muito menos o referido contrato foi assinado em simultâneo por si e pelo Ministros. -----

----- Esclareceu que o Contrato, em três vias, foi por si assinado, no dia 29 de junho e foi remetido por ofício ao Secretário de Estado da Administração Local Dr. Leitão Amaro. A 17 de agosto deu entrada na Câmara Municipal um ofício, remetido pela Chefe de Gabinete do Secretário de Estado, Dr.ª Eugénia Santos, o qual incluía um dos originais, assinado por ambos os Ministros. Assim sendo, fica patente que a assinatura não foi em simultâneo, quem enviou para publicação e quem assinou por último foram os Ministros. -----

----- Disse ainda que o documento em formato pdf foi efetivamente recebido a 19 de maio e foi essa mesma minuta do contrato que esteve presente em Reunião de Câmara de 28 de maio e em Assembleia Municipal de 19 de junho e que posteriormente foi impressa e assinada, não



Oliveira do Bairro assembleia municipal

sendo por isso mesmo correto afirmar que o contrato foi assinado a 18 de maio, tanto mais que o mesmo refere “este contrato é feito”.-----

----- Acrescentou que a Câmara Municipal detetou aquela situação, tendo contactado o Gabinete do Secretário de Estado, na pessoa do Dr. Luís Nazaré, o qual informou que era uma situação que não tinha qualquer consequência uma vez que a vigência do contrato, a sua entrada em vigor, a sua produção de efeitos era sempre posterior, mas é um erro que deveria ser corrigido.-----

----- Já com o atual Governo e concretamente com o Chefe de Gabinete da Secretária de Estado, também já abordou o assunto, tendo o mesmo afirmado que se encontrava a reunir os elementos que se encontravam no Ministério para proceder à respetiva correção. -----

----- Realçou o facto de ao ano letivo ainda não ter sido encerrado, as matrículas de igual forma ainda não terminaram, o trabalho e as reuniões continuam a ser levadas a efeito, não podendo ser respondidas questões cujas bases ainda não são conhecidas, não há bases sólidas para efetuar contratações, há pouca oscilação de matrículas face aos anos anteriores, mas ainda se encontram a decorrer e assim sendo não poderá ser dada uma resposta em concreto.-----

----- Informou que a titularidade das Escolas EB 2/3 já pertenciam ao Município por Orçamento de Estado e por conseguinte encontram-se fora do âmbito mencionado pelo Membro João Sol, mas a Escola Secundária encontra-se incluída e ainda na última reunião havida com a Secretária de Estado abordou também as questões relacionadas com esse equipamento, tendo sido reiterado pela Câmara Municipal que são necessárias obras naquela Escola, sendo a titularidade somente aceite após a realização das obras ou após a garantia de financiamento das mesmas.-----

----- Relativamente aos incentivos e às poupanças, informou que o objetivo do anterior Governo era proceder a uma descentralização mas sem gastar mais, pelo que, ao existirem



poupanças as mesmas seriam repartidas. Quando se chegar ao fim de primeiro ano e se souberem os dados, será dado a conhecer, sendo que a Comissão de acompanhamento reuniu a 14.10.2015, em 02.02.2016 e a 04.05.2016, considerando que, neste momento, o saldo de execução do contrato é positivo, sendo que o atual Governo pretende efetuar algumas alterações e estender o mesmo a todos os Municípios.-----

----- Informou que a Vereadora do Pelouro da Educação encontra-se em sintonia com o Presidente da Câmara, sendo diariamente trocadas impressões sobre as problemáticas da Educação. Ambos reconhecem que se o IPSB encerrar haverá grande e muitas consequências para a população, para os alunos, para os professores, para o pessoal não docente e para a economia em geral.-----

----- Respondeu que a questão da situação económica e social dos alunos e da envolvente esteve em cima da mesa nas diferentes reuniões havidas, tendo sido um argumento muito forte a questão da exclusividade de resposta do IPSB a 4 das 6 freguesias, tendo ficado com a perceção que a Secretária de Estado tinha ficado sensível a vários elementos, entre os quais este mesmo.-----

----- Referiu que ao nível dos transportes, o ponto de partida ainda não é no dia de hoje conhecido e com certeza que quando se souber o desenlace final terá de se atuar, reiterando que à data de hoje a variação das matrículas foi muito reduzida, pelo que, não há ainda uma base sólida que permita à Câmara Municipal contratar mais pessoal ou pensar na questão dos transportes, o que não significa que daqui a alguns não se venha a ter uma perceção mais efetiva da realidade.-----

----- Informou que o Conselho Municipal de Educação já reunião no corrente ano, tendo tratado os assuntos em agenda, podendo disponibilizar a ata dessa mesma reunião.-----

----- Afirmou que a Câmara Municipal, o Presidente da Câmara e o Presidente do Conselho de Administração do IPSB têm trabalhado em conjunto e emitido notas públicas conjuntas, uma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

vez que será a forma mais adequada e mais correta de lutar pelo objetivo pretendido, tendo ainda no dia de ontem contactado aquele responsável informando-o que iria iniciar uma marcação permanente com o Gabinete da Secretária de Estado, o que já fez nos dias 7, 8, 12, 14 e hoje mesmo por intermédio do Chefe de Gabinete Dr. José Couto, o qual respondeu no dia de hoje que não havia ainda uma decisão, sendo que a Secretária de Estado tem aquele dossier e outros análogos e tão depressa ela conclua e decida a mesma será transmitida. -----

----- Esclareceu não ter havido qualquer indisponibilidade da sua parte ou por parte da Vereadora do Pelouro da Educação em dar respostas, o que já veio a suceder, havendo total disponibilidade para qualquer elemento responder a qualquer questão, no cumprimento daquilo que são as suas obrigações.-----

----- Em relação a uma sugestão de eventual aquisição das instalações do IPSB, referiu que as mesmas pertencem a uma entidade, tem os seus fins, encontra-se a funcionar, não se encontra à venda, não se encontra para arrendar, por conversa com o Presidente do Conselho de Administração, não descurarão nenhuma das hipóteses de viabilizar o IPSB. -----

----- Na reunião havida com a Secretária de Estado, esta realçou o facto de haver igualmente a questão ideológica em cima da mesa, tendo respondido que não iria discutir essa questão, mas antes, fazer ver que tem muitas realidades no país, mas seguramente que não terá nenhuma realidade como a de Oliveira do Bairro, nem de contexto, nem geograficamente, nem da realidade socioeconómica, nem dos méritos desportivos. Tudo isto foi evidenciado ao limite. --- -----

----- Garantiu que continuará empenhadamente a tratar do assunto e de tudo quanto for tomando conhecimento dará a respetiva nota, desde logo ao IPSB, a todos os autarcas do Concelho e à população em geral. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – depois de ouvidas as intervenções e de tudo quanto já foi feito relativamente a este



Oliveira do Bairro assembleia municipal

assunto, disse ficar muito satisfeito se visse uma nota pública sobre o assunto em questão, proveniente do Bispo da Diocese de Coimbra e ainda do Presidente da Obra de Frei Gil, porque o ajudariam a acrescentar algo ao seu raciocínio e à opinião que vai formulando sobre o assunto e que ainda se encontra longe de ser uma opinião final. -----

----- Tendo lido a resposta do Presidente da Câmara Municipal relativamente à questão das datas, o qual na opinião da Mesa não esclareceu coisa nenhuma, tendo agora, na intervenção do Presidente da Câmara, sido dada uma explicação, um esclarecimento que deixa perceber como tudo sucedeu, sentindo uma desilusão enorme pela forma institucional como os órgãos se têm e devem relacionar, questionando se o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal não têm o direito de solicitar esclarecimentos e de esses esclarecimentos serem dados da forma mais pormenorizada possível. Entende que sim e por isso mesmo encontra-se muito desiludido. -----

----- Como ficou evidenciado por algumas intervenções, existe um descontentamento pela forma que tem sido utilizada para obter respostas por parte da Vereadora do Pelouro da Educação, com intermediário em vez de ser de uma forma direta, tendo por isso mesmo lido o artigo 40.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, o qual menciona que a palavra é concedida aos Vereadores a solicitação do Presidente da Câmara ou do Plenário da Assembleia, pelo que gostaria que o Presidente da Câmara tivesse solicitado à Vereadora que respondesse às questões que foram levantadas pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Uma vez que tal não foi feito e estando obrigado ao cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal, terá de colocar à votação se se pretende que a Vereadora responda ela própria às questões que foram levantadas e se tal for aprovado a Vereadora do Pelouro estará pelo menos obrigada a dizer que não responde, mas tem de dizer algo, deve falar. -----

----- Assim sendo colocou à votação essa mesma Proposta. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que a mesma foi Aprovada com 11 votos a Favor e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

13 Abstenções de todos os Membros do CDS-PP presentes e dos Membros do PPD/PSD Luís Ruivo, Carlos Santos e Manuel Martins.-----

----- Assim sendo, foi dado o uso da palavra à Vereadora do Pelouro da Educação para que esta respondesse às questões formuladas pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA** – relembrou que da sua parte sempre cumpriu e sempre cumprirá, tendo sempre respondido às questões formuladas e de acordo com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela equipa que lidera no Executivo Municipal, tendo indicado que iria dar o uso da palavra à Vereadora do Pelouro da Educação. -----

----- Vereadora do Pelouro da Educação **ELSA DOS REIS PIRES** – entende que as suas respostas deverão ser dadas por escrito, uma vez que sempre que prestou esclarecimentos oralmente relativamente a este assunto, tal não surtiu efeito e assim sendo, com base nesse pressuposto e para um cabal esclarecimento, responderá por escrito e de uma forma assertiva relativamente a tudo o que for pretendido pela Assembleia Municipal. -----

----- Seguidamente foi solicitado o uso da palavra por parte de alguns Membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – relativamente à questão das datas frisou igualmente a referência “foi feito aos 18 dias do mês de maio de 2015 ... as quais depois de lidas e aprovadas pelos outorgantes”. Quer isto dizer que não foi somente feito, foi assinado e rubricado naquela data, contudo, aguardará pela resposta às diligências promovidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal relativamente ao esclarecimento deste assunto. -

----- Quanto à questão de a Vereadora do Pelouro da Educação não se deslocar às reuniões da Comissão de Acompanhamento, tal se fica certamente a dever ao facto de o Presidente da Câmara o não permitir, o que revela prepotência por parte do Presidente da Câmara, não sendo certamente apreciado por nenhum dos Membros presentes esse tipo de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

relacionamento institucional. Procurou novamente saber quem é que tomou a iniciativa de não ir à reunião já mencionada.-----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – referiu que a Vereadora do Pelouro da Educação, para o cargo que exerce, tem de falar e falar muito mais.-----

----- Disse ter conhecimento da resposta à primeira questão que colocou, uma vez que consta do Diário da República. Quanto à segunda questão colocada nada foi dito pelo Presidente da Câmara a não ser que o Conselho Municipal de Educação já reuniu por diversas vezes e que vai disponibilizar a Ata, mas sobre o IPSB nada disse.-----

----- Tendo o Presidente da Câmara mencionado não existir qualquer indisponibilidade da Vereadora em responder às perguntas, referiu não ser isso que os ofícios transmitem, mas antes, para as questões serem colocadas por escrito, que posteriormente os esclarecimentos serão dados igualmente por escrito.-----

----- Considerou poder haver erros no Diário da República, como em qualquer documento, não deixando contudo de ser estranho que um documento desta importância possa ter erros tão graves, não querendo pensar que a Câmara Municipal se esqueceu que é a Assembleia Municipal que aprova as deliberações tomadas na Câmara Municipal.-----

----- Relativamente à dúvida levantada pelo Membro João Bastos, se a Comissão de Acompanhamento da Educação não poderia fazer mais, esclareceu que na próxima semana haverá uma reunião com o IPSB. Esta é uma Comissão composta por quatro elementos, o Presidente indicado pela Mesa e um Membro de cada Bancada com assento na Assembleia Municipal, sendo o encaminhamento dos assuntos tratados efetuado de comum acordo, devendo aquele Membro falar com a respetiva Bancada.-----

----- Tendo havido a queixa do Membro João Bastos, de não ter acesso atempado aos documentos, disse que os substitutos fazem falta quando os efetivos faltam e na bancada desse Membro já havia elementos que devido à quantidade de faltas injustificadas já deviam ter



Oliveira do Bairro assembleia municipal

perdido o Mandato. -----

----- **GLADYS DEL CARMEN FERREIRA DE OLIVEIRA** – disse não acreditar que tenha havido um erro por parte do Diário da República aquando da publicação e a explicação dada pelo Presidente da Câmara também não leva a essa conclusão, pelo que, sendo um erro grave, tem de ser corrigido imediatamente, pois pode tratar-se de um precedente gravíssimo, o facto de primeiro ser assinado um documento e somente depois ser presente em Assembleia Municipal para aprovação e essa questão, sendo muito grave, não pode ser deixada passar em branco. - -----

----- Considerou grave o que se tem passado nos últimos tempos, seja para os alunos e para as suas famílias seja para o próprio Concelho e a Vereadora do Pelouro não aceitar falar sobre o assunto. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – pelo que lhe parece, a Assembleia Municipal adiantou-se e está já a discutir o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos e não o segundo. -----

----- Relativamente à perda de Mandato dos Membros da Assembleia Municipal, alguns da sua Bancada. Referiu que aquele assunto foi focado na última Reunião da Comissão Permanente, tendo ficado de se tentar perceber se todas as faltas se encontravam justificadas, tendo sido solicitado à Mesa da Assembleia que informasse as Bancadas quais os procedimentos que não estavam a ser devidamente cumpridos. Até agora não recebeu nenhuma comunicação e usar esse subterfúgio para responder a um Membro é inqualificável. O que é discutido na Comissão Permanente tem um ata e há situações em que se diz à Secretária que não é para constar em ata e se não é para constar em ata, também não é para vir a público e utilizar como arma de arremesso. -----

----- Mais disse estar bastante incomodado por se estar a utilizar uma Assembleia Municipal para resolver problemas partidários e internos do PPD/PSD. Já ouviu Membros do



PPD/PSD referir assuntos e colocar questões que já são discutidas pela terceira vez nesta Assembleia, colocadas por si e por Membros do CDS-PP, mas das outras vezes os Membros do PPD/PSD estiveram mudos e calados, mas agora vêm falar do assunto como se tivessem descoberto a pólvora.-----

----- Acrescentou que a titularidade das infraestruturas já foi falado, a necessidade ou não de aumentar o pessoal não docente também, o cronograma financeiro já foi falado, a rede de transportes de igual forma já foi falada, de igual forma já se falou da Comissão de Acompanhamento e do facto de não tendo terminado o ano letivo não poder haver um relatório da boa execução ou não. -----

----- Em relação às alterações ao contrato e na implicação da falta contratual com o IPSB, já foi por si afirmado que a única arma é o Presidente da Câmara dizer que estão a haver alterações ao que foi contratualizado no âmbito da delegação de competências e que não aceita que o façam sem que falem primeiro com a Câmara Municipal. Essa é a arma que o Presidente da Câmara tem e essa foi a Proposta que foi apresentada em Reunião de Câmara e que o PPD/PSD chumbou, mas agora parece que descobriram a pólvora.-----

----- Referiu que o Vereador António Mota tinha apresentado uma Proposta relativamente à questão do IPSB, onde se refere apenas às infraestruturas. Na opinião do CSD-PP existem perigos ao falar apenas de infraestruturas, porque todas as pessoas que vêm falar sobre o IPSB é de tudo, porque o IPSB deve continuar a existir como um todo, não é só o edifício.-----

----- Deu a conhecer que o Deputado da Assembleia da República, João Almeida, colocou uma questão na última Reunião da Comissão de Educação, relativamente ao Desporto Escolar e focou precisamente o exemplo do IPSB, questionando quais as alternativas do Ministro da Educação para manter a qualidade do Desporto Escolar, nomeadamente o brilhante exemplo do IPSB. -----

----- Tendo o Conselho de Administração, a APECOB e a Direção Pedagógica ido a uma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Reunião da Comissão de Educação da Assembleia da República, contudo nessa audiência não se encontrava ninguém das Bancadas do PS na referida reunião da Comissão e são a maioria dos deputados contando a Presidência e a Vice-presidência, pelo que, se confirma que os únicos interessados em solucionar a questão é o CDS-PP e o PPD/PSD. -----

----- Mais disse que na discussão do presente Ponto da Ordem de Trabalhos tem ouvido falar muito pouco relativamente ao Contrato de Associação e de Propostas para o IPSB, parecendo apenas que alguns Membros da Assembleia Municipal acordaram de repente, apesar de, alguns, já desempenharem funções há onze anos. -----

----- Lembrou que é o Presidente da Câmara que detém todos os poderes, que depois os delega aos Vereadores, logo não é nada feito sem o seu consentimento e sem a sua liderança e tal foi enaltecido pelo PPD/PSD em três atos eleitorais, pelo que, aquilo que foi feito hoje à Vereadora do Pelouro da Educação, na sua opinião, não se faz. Merecendo a Vereadora todo o seu respeito pela posição assumida. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – interrompeu o Membro da Assembleia Municipal, referindo ser lamentável o Membro questionar uma votação da Assembleia Municipal, afirmando que o mesmo tinha ofendido a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro. Aquele Membro terá de respeitar uma votação aprovada por maioria, mesmo que ela lhe desagrade, solicitando que o Membro respeite as decisões da Assembleia Municipal.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – informou não ter desrespeitado nenhuma decisão da Assembleia Municipal, apenas chamou à responsabilidade a opção que os Membros da Assembleia Municipal tomaram. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – referiu ter feito o seu comentário enquanto Presidente do órgão e que não deve entrar em diálogo consigo para saber quem tem razão, porque é a ele enquanto Presidente que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

compete avaliar e o Membro tem de respeitar. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal acabou de acusar de algo que nunca fez na Assembleia Municipal, aliás, fez uma vez e pediu desculpa por isso. Neste momento apenas está a chamar à atenção de que as pessoas têm de ser responsáveis pelos seus atos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – disse ao Membro André Chambel para continuar a sua intervenção, porque apesar de ter levantado o tom de voz, não ganha mais legitimidade, nem demonstra mais competência, nem revela as suas capacidades políticas e por conseguinte deve prosseguir com a respetiva intervenção.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – continuou a sua intervenção, referindo que ficou agradado com o facto de a Vereadora do Pelouro da Educação ter tomado a posição que tomou, em congruência com a sua linha de pensamento e atuação. --

----- Confessou esperar que a partir de agora os Vereadores do PPD/PSD e os Membros da Assembleia Municipal daquele partido, comecem a agir em congruência relativamente às suas opções e, ao que parece, descobriram somente agora. Que quando o CDS-PP apresente alguma Proposta num sentido construtivo, a mesma não seja simplesmente recusada pelo simples facto de não partir do PPD/PSD.-----

----- **JOÃO PAULO CASTELO DA ASSUNÇÃO SOL** – referiu que o Membro da Assembleia Municipal André Chambel tem andado distraído, uma vez que ainda hoje foram feitas intervenções por parte dos Membros do PPD/PSD, recordando o teor de intervenções já efetuadas no passado em relação ao contrato interadministrativo, podendo tal facto ser atestado pela leitura das atas da Assembleia Municipal do último ano, em que é apresentada a respetiva opinião relativamente ao assunto em discussão.-----

----- De igual forma lembrou que ainda na última Sessão da Assembleia Municipal foi



Oliveira do Bairro assembleia municipal

incluído um ponto, a pedido do CDS-PP e subscrita de imediato pelo PPD/PSD, sobre o tema da Educação.-----

----- **MARCOS DANIEL DA SILVA MARTINS** – referiu que um dos pontos da Moção apresentada para a retirada da confiança política ao Presidente da Câmara se fica a dever ao mau relacionamento constante e contínuo com o órgão Assembleia Municipal, colocando entraves permanentes ao seu normal e correto funcionamento.-----

----- No caso de algo correr mal relativamente a este processo, lembrou que quem irá sofrer são as crianças, será a comunidade local, sendo de igual forma afetados os professores, sendo a proposta apresentada pelo Vereador António Mota a única que terá alguma consistência, que não são palavras vãs, porque aquilo que os pais defendem é a salvaguarda dos interesses de base e querem ouvir da parte dos responsáveis políticos alguma manifestação de interesse em encontrar uma solução. -----

----- **ARSÉLIO MANUEL DE OLIVEIRA DOMINGUES CANAS** – recordou que sendo Secretário da Mesa a conferência de faltas passa por si, bastando ver quem são os elementos da lista e aqueles que aparecem à Assembleia e todas as pessoas veem, esperando que efetivamente o vejam também quando chegar à altura devida. -----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA** – disse reafirmar tudo quanto já disse relativamente a este assunto, nomeadamente quanto à questão da assinatura e das respetivas datas do Contrato Interadministrativo. -----

----- De imediato passou-se a análise e discussão do ponto da Ordem de Trabalhos **4.3 - Análise da Situação Política na Sequência da Retirada de Confiança Política ao Presidente da Câmara Municipal.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – procedeu à leitura de um e-mail remetido pelo Presidente do Plenário do Partido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Social Democrata de Oliveira do Bairro, informando ter no dia 24 de junho sido apresentada à Mesa uma Moção de retirada de confiança política ao Presidente da Câmara Municipal e a qual foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor, 2 votos em branco e 3 votos contra. -----

----- No seguimento daquele facto, os Membros na Assembleia Municipal do PPD/PSD apresentaram um requerimento com vista à realização desta Assembleia Municipal Extraordinária. -----

----- Seguidamente deu o uso da palavra aos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- **JOÃO PAULO CASTELO DA ASSUNÇÃO SOL** – entregou a sua intervenção por escrito à Mesa, que seguidamente se transcreve: -----

----- “... A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro tem cumprido e continuará a cumprir o seu dever da defesa intransigente dos reais interesses dos munícipes do nosso concelho. -----

----- *Uma bancada composta por jovens e menos jovens, por militantes do PSD e por não militantes do PSD, por pessoas com mais ou com menos experiência política, com as mais diversas formações e profissões, mas todos com opiniões próprias e análise crítica sobre o que entendem de melhor para o seu Concelho. -----*

----- *Esta bancada nunca foi, nem nunca será uma bancada para levantar o braço. Temos defendido de forma perentória o que entendemos como o melhor interesse dos munícipes, dentro das nossas responsabilidades e competências, nos locais próprios, algumas vezes a nossa opinião foi vencedora, outras não. Em assuntos como o processo de agregação de freguesias, a 2ª revisão do PDM, a localização do polo de leitura de Bustos, a educação (construção dos polos escolares, descentralização de competências, defesa do IPSB), entre muitos outros. -----*

----- *De uma forma coesa, coerente e responsável, os 10 deputados municipais e os 2 presidentes de junta, tem realizado o seu trabalho na Assembleia Municipal, em colaboração*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

com os vários responsáveis políticos e autárquicos que representam o Partido Social Democrata na autarquia e nas freguesias do concelho de Oliveira do Bairro, e com as restantes bancadas. -----

----- Nada mudou ... Na semana passada 9 deputados municipais da bancada do PSD solicitaram ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária, que agora se está a realizar, onde apresentámos 3 assuntos que consideramos da maior pertinência para o futuro próximo do concelho de Oliveira do Bairro, a proposta de desagregação da União de freguesias de Bustos, Mamarrosa e Troviscal, a situação da Educação relacionada com a descentralização das competências do Ministério da Educação no município e a situação do IPSB relacionada com o contrato de associação, e por ultimo a análise da situação política na sequência da retirada de confiança política ao Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Nunca tivemos nem teremos qualquer receio de discutir qualquer assunto, a bancada do PSD não é pertença do Sr. A ou do Sr. B, representa os ideais da Social-democracia no concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- A bancada do PSD nunca passou nem vai passar nenhuma procuração para comunicarem, decidirem e votarem por ela, tem os seus deputados e presidentes da junta, um líder de bancada, os seus representantes nas 3 comissões existentes neste momento na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, um representante no conselho municipal da juventude, entre outros representações nomeados pela Assembleia Municipal. -----

----- Face à retirada da confiança política ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo plenário do PSD de Oliveira do Bairro realizado em 24 de Junho. -----

----- Face à retirada dos pelouros atribuídos ao vereador António Mota num documento datado de 24 de Junho e dado a conhecer ao mesmo vereador em 27 de Junho. -----

----- Face ao PSD de Oliveira do Bairro realizar eleições para uma nova comissão política



Oliveira do Bairro assembleia municipal

em Setembro de 2016, -----

----- Face ao Executivo Municipal ser neste momento constituído por 3 pessoas, estando em minoria face ao universo dos 7 elementos que o compõem. -----

----- Estamos perante terrenos desconhecidos por todos nós, terrenos esses que tudo farei enquanto líder desta bancada para que não se tornem pantanosos. -----

----- Mais do que nunca -----

----- - no diálogo. -----

----- - na capacidade de aceitar opiniões diferentes e mesma a crítica. -----

----- - no esquecer, perdoem-me a expressão, no esquecer do quintalinho de cada um. -----

----- - na perceção e na mente de todos deve estar bem enraizada a ideia:-----

----- não somos presidentes Estamos presidentes -----

----- não somos deputados Estamos deputados.-----

----- - o que nos move são os reais interesses dos munícipes de Oliveira do Bairro -----

----- Aqui está a chave para que o trabalho de todos os órgãos autárquicos do município de Oliveira do Bairro continue a ser profícuo e dê as respostas adequadas às necessidades dos nossos munícipes. -----

----- Os munícipes podem continuar a contar com a Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro para os representar e para representar os ideais da social-democracia.-----

----- Para terminar deixo para reflexão de todos, a mensagem que o ex-primeiro ministro britânico David Cameron deixou ontem na sua despedida: -----

----- “Outrora fui o futuro” ...” -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito à Mesa,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que seguidamente se transcreve: -----

----- “... Nada na minha vida me admira, desde que “vi um porco a andar de bicicleta” e isto tem a ver com a retirada de confiança do plenário de 38 militantes do PSD e numa madrugada de um sábado ao senhor presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e ousou perguntar à bancada e aos vereadores do PSD:-----

----- 1. Somente agora e passados 11 anos, é que deram conta da inércia, desprezo e desrespeitar causas maiores e que o senhor Presidente da Câmara tem provocado graves prejuízos nas nossas terras e nas nossas gentes, que tem ignorado as preocupações da população? -----

----- 2. Onde tem estado os vereadores e os membros desta Digna Assembleia, quando o Partido Socialista desde sempre o tem afirmado com clareza, veemência e por vezes indignação, que é uma pessoa ditadora e prepotente e que sempre esteve aquém de ser dialogante e nunca ter estado disponível para ouvir e acatar sugestões e propostas, por nós apresentadas nesta Assembleia Municipal;-----

----- 3. Perguntamos, qual vai ser a decisão da Concelhia do PSD? Vai-lhe retirar também a confiança política? Ou vai interpor-lhe um processo disciplinar?-----

----- 4. É possível governar o nosso Município não tendo o Presidente da Câmara uma maioria que o suporte nem no executivo nem na Assembleia Municipal?-----

----- 5. Se assim for votaremos a favor daquilo que concordamos e contra tudo aquilo que discordamos.-----

----- 6. Cabe ao Presidente da Câmara, Sr. Mário João Oliveira, avaliar se tem ou não condições para continuar em funções, e isto é uma questão de consciência política. Deixando de lado a questão da consciência, a questão política é muito simples, tem ou não tem capacidade para promover consensos em torno dos projetos importantes para o município? Coisa que nunca precisou sequer de se esforçar por fazer porque o PSD sempre lhe aprou



Oliveira do Bairro assembleia municipal

todo o jogo, e sempre lhe permitiu esconder a incapacidade política por trás da força dos votos do partido no Concelho.

----- 7. *Gostaríamos de ouvir os nossos colegas de bancada, sobre estas questões ...* -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – deu novamente os parabéns à Vereadora do Pelouro da Educação, dado considerar que se estava num momento caricato no Executivo Municipal, no que aos Vereadores do PPD/PSD diz respeito. Há um Vice-Presidente que perdeu a confiança política do partido quando assumiu o cargo de Vice-Presidente. O Presidente da Câmara que perdeu a confiança política do seu partido há 2 semanas. Temos o Vereador António Mota, que perdeu a confiança do Presidente da Câmara e ficou sem pelouros. A senhora Vereadora mantém a confiança de ambos, daí os parabéns que lhe endereçou. -----

----- Referiu estar à espera de algo concreto, tendo-lhe mesmo passado pelo cabeça que iria ser apresentada uma Moção de Censura, mas ao que parece tal não irá ser levado a efeito, conforme se constatou pela intervenção do líder da Bancada do PPD/PSD, que colocou de um lado a questão partidária e do outro as questões políticas, esperando que assim continue. -----

----- Fica preocupado que num partido como o PPD/PSD, que nas últimas eleições, a única pessoa que aparecia nos cartazes era a pessoa a quem agora retiraram a confiança política. ---

----- Para terminar referiu que certamente as próximas Assembleias Municipais irão ser muito interessantes. -----

----- **CARLOS ALBERTO DE BARROS FERREIRA** – referiu ter tido alguma dificuldade em analisar este ponto da Ordem de Trabalhos, porque apesar de ter a consciência que qualquer assunto poder ser tratado na Assembleia Municipal, há contudo assuntos que não deveriam ser tratados neste órgão, parecendo mais que se está a fazer do mesmo um palco de campanha eleitoral. Este assunto deveria, na sua opinião, ser tratado internamente politicamente no PPD/PSD. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou ter sido dado conhecimento da retirada da confiança política por parte do Plenário, desconhecendo no entanto a posição da Comissão Política do PPD/PSD, mas também desconhece os estatutos daquele Partido. -----

----- Frisou igualmente, desconhecer a posição de cada um dos Vereadores e dos Membros da Assembleia Municipal do PPD/PSD, sendo que, poderá colocar em causa a maioria que suporta o Presidente da Câmara e por conseguinte deixar de ter a capacidade de reunir o consenso em torno de projetos importantes para o Concelho, sendo entendimento do PS que a ação tomada contra o Presidente da Câmara não merece ser adjectivada pois poderia chocar algumas mentes mais sensíveis, embora saiba que quem tomou aquela iniciativa tem tudo menos sensibilidade. -----

----- Confessou não entender como é que num passado tão recente, para o PPD/PSD este era um exemplo como Presidente da Câmara, com muitos elogios e bajulação em cada intervenção dos Membros do PPD/PSD neste órgão, mas agora, ao que parece, perceberam que o Presidente da Câmara não está a altura das suas funções. -----

----- Afirmou que para o PS, o atual Presidente da Câmara, sempre ficou aquém das expectativas, mas sempre souberam respeitar a figura e o voto da população de Oliveira do Bairro, que lhe deu três maiorias, pelo que se conclui que o PPD/PSD está a perder votos devido ao desempenho do Presidente da Câmara e quer agora reaver esses votos distanciando-se dele, mas será difícil porque o povo não é ignorante nem tonto. -----

----- Terminou referindo que tudo isto não passa de uma engenhoca maquiavélica, que visa apenas atingir fins sem olhar a meios, o que é de lamentar. -----

----- **MARCOS DANIEL DA SILVA MARTINS** – referiu que tudo muda, mudam as pessoas e o que era há 11 anos já não é hoje e o que era há 3 anos também já não o é hoje, daí que a mudança vá surgindo e tenha de ser abraçada e analisada se é positiva ou negativa. -----

----- Esclareceu que o PPD/PSD tem um plenário de militantes, tendo solicitado que fosse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

colocada à votação a Moção por si apresentada e cuja votação foi completamente livre, tendo estado sempre de consciência tranquila fosse qual fosse o resultado e pouco depois teve a prova daquilo que foi a atitude do Presidente da Câmara.-----

----- Mais disse que o PPD/PSD em plenário retirou a confiança política ao Presidente da Câmara, o que não sucedeu no CDS-PP, em que foi a Comissão Política que retirou a confiança a um Vereador e depois perguntou aos militantes se concordavam.-----

----- Mencionou ter sido o único subscritor da Moção de retirada de confiança política ao Presidente da Câmara e consciente que no dia seguinte o panorama da política concelhia seria diferente. -----

----- Apresentou aquela Moção na esperança de despertar consciências para o que vai mal na gestão deste Executivo e conhecer das consequências que daí advinham, não ficando surpreendido com as façanhas do Presidente da Câmara a partir desse mesmo dia. -----

----- Os motivos apresentados são o espelho de uma gestão agastada e demonstrativa de que não apetece ao Presidente da Câmara fazer mais obra no Concelho, postura muito pouco correta para aqueles que o escolheram e o incumbiram para tratar dos destinos do Concelho de Oliveira do Bairro, mas que compreendia uma equipa, saída das últimas eleições, que aquele nunca soube respeitar, bem patente pela escolha do seu Vice-Presidente, uma forma má para o próprio Vereador, má para o Partido, má para o Executivo e muito má para o Concelho. -----

----- Focou ainda a medida absurda tomada pelo Presidente da Câmara em adulterar uma pretensão dos Bustuenses, de escolher um local digno para a Biblioteca local, enviando-a para um local de acesso condicionado e deslocalizado e endossando responsabilidades na Vereadora do Pelouro da Educação e Cultura, reportando-se por fim à retirada dos pelouros ao Vereador António Mota. -----

----- Considerou estranho que um funcionário camarário, membro da Comissão Política Concelhia do PPD/PSD se tenha demitido esta semana, questionando se não teria havido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

pressões.-----

----- Revelou o desrespeito havido com as Associações do Concelho e Juntas de Freguesia às quais a Câmara devia meses a fio, com o argumento da existência de penhoras. Essas penhoras provavelmente existiram fruto do constrangimento financeiro gerado pela falta de pagamento da Câmara Municipal e esta não é a Câmara que quer e daí ter-se manifestado, bastando dar alguns passos na rua para ser abordado por muito munícipes que dizem estar cansados da inoperância e falsas promessas, para não falar do caso IPSB hoje abordado. -----

----- Para terminar, solicitou ao Presidente da Câmara que tomasse a decisão mais acertada para seu bem e para o bem da comunidade. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – relembrou o Membro André Chambel que nas últimas eleições autárquicas não foi somente o Presidente da Câmara que ganhou as eleições, houve outro nome eleito pela lista do PPD/PSD diretamente, não com maioria que não precisou, porque teve um entendimento com pessoas sérias e que respeitaram a decisão do povo e aqui está, não com o apoio do CDS-PP, como Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro e é bom que as pessoas não se esqueçam disso. -----

----- Referiu que todas as manobras de política partidária que hoje aquele Membro deixou transparecer pode iludir muita gente mas a si não o ilude. -----

----- Acrescentou que as Assembleias servem para tratar de assuntos partidários, não para fazer política partidária. Há assuntos partidários que obrigatoriamente condicionam e influenciam o futuro do Concelho, sendo este um deles e por isso veio com toda a propriedade à Assembleia Municipal.-----

----- Esclareceu não ser defensor da política de hoje agradar a uns e amanhã porque convém outra coisa agradar-se a outros, não entendendo como é que o Membro André Chambel, que é defensor do diálogo, da discussão e do confronto, como é que hoje se absteve



Oliveira do Bairro assembleia municipal

na votação em relação à Vereadora do Pelouro, questionando, em consciência e honestidade política, como é que pode fazer isso, sendo que, tal ação, é precisamente no sentido de retirar dividendos políticos.-----

----- Não entendeu como é que o Membro Carlos Ferreira na sua primeira parte da intervenção diz que estes eram assuntos internos do partido e deveriam ser tratados naquele local e depois, na sequência da sua intervenção vem confirmar que aquela decisão pode ter implicações diretas ou indiretas na gestão do Município. Na sua opinião, tudo o que tiver a ver com decisão política, são assuntos que podem, que devem ser tratados na Assembleia Municipal para todos os discutirem, analisarem e debaterem e para que no futuro possam encontrar outras formas que melhor respondam aos anseios dos Municípes. -----

----- Àqueles que questionam o porquê de somente agora ter havido esta decisão, porque até agora foi aprovado quase tudo o que o Presidente da Câmara apresentou, não foi por distração, mas antes por respeitar aquilo que partidariamente se tinham comprometido, que era dar confiança o Presidente da Câmara e enquanto não foi retirada, estavam em consciência política obrigados a tal, pelo que não pode haver uma condenação por ter havido uma mudança de opinião, porque mudar de opinião não é um grande defeito, uma vez que a realidade muda todos os dias. -----

----- Julga que os oliveirenses não se irão iludir muito, se o PPD/PSD tiver o engenho e a arte, de apresentar um bom programa eleitoral e for capaz de explicar e fazer a mensagem. Se tal acontecer, a situação pode não ser tão catastrófica como muitos podem pensar.-----

----- Mais disse que todos têm o direito à opinião, livre e democrática e todos estão obrigados a ouvir a opinião dos outros mesmo discordando dela.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – informou que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sempre lhe mereceu e continua a merecer o maior respeito. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **MANUEL NUNES SIMÕES DOS SANTOS** – interrompeu para mencionar publicamente que o reconhece. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – numa das suas anteriores intervenções foi proibido de comentar a posição de PPD/PSD, contudo, veio o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comentar a abstenção do CSD-PP em relação à abstenção na votação.-----

----- Mencionou que aquilo que se gosta de fazer na Assembleia Municipal é política e a política são os partidos. Quando se referiu na sua intervenção inicial, não aos nomes ou às listas, mas ao rosto da campanha do PPD/PSD e relativamente ao Executivo Municipal, foi somente o rosto do Presidente da Câmara, não querendo colocar em causa os restantes nomes, mas constatou-se que o rosto foi o Sr. Mário João Oliveira.-----

----- Assim sendo e apesar de os Membros do PPD/PSD poderem mudar de opinião e ainda bem que estão disponíveis para o fazer, porque no seu caso em concreto, possui essa opinião há já 11 anos.-----

----- Considerou inauditas as declarações do Vereador Paulo Caiado, após a retirada de confiança política do PPD/PSD ao Presidente da Câmara, veio dar o seu apoio ao Presidente da Câmara e que poderá contar com ele. Mas foi precisamente por situações como estas que lhe foi retirada a confiança política. -----

----- Esclareceu que nos Estatutos do CDS-PP a confiança política é mantida ou não por parte da Comissão Política Concelhia, não é por parte do Plenário, dando a conhecer que na reunião da Comissão Política Concelhia do CDS-PP em que foi retirada a confiança política ao Vereador Paulo Caiado, encontravam-se presentes todos os seus elementos e todos votaram favoravelmente. No caso do Plenário realizado pelo PPD/PSD, apesar de serem 378 os pagantes e os votantes, contudo somente 33 é que votaram a favor. Apesar de desconhecer os estatutos do PPD/PSD, considera haver uma grande discrepância, daí que gostava de ter



Oliveira do Bairro assembleia municipal

conhecimento da posição da Comissão Política do PPD/PSD relativamente a este assunto, porque é pertinente e essencial. -----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **MÁRIO JOÃO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA** – disse respeitar a opinião de quem a manifestou, esclarecendo que no âmbito das suas responsabilidades e funções, que foram legitimadas pelo voto, continuará a trabalhar em prol do desenvolvimento do Concelho e da melhoria das condições de vida da população, que foi o que fez, faz e fará até ao último dia do seu Mandato.-----

----- Posto isto, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente Sessão da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----